

PGE-RN

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ANALISTA JURÍDICO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Redação Discursiva
- ▶ História e Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte
- ▶ Informática Básica
- ▶ Legislação Específica
- ▶ Direito Administrativo

CONTEÚDO ONLINE:

- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Civil e Processual Civil
- ▶ Direito Ambiental
- ▶ Direito Tributário



Conteúdo de acordo
com o Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas
da Banca - Cebraspe

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1 – PGE/RN, DE 9 DE MARÇO DE 2026

Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

PGE-RN

Analista Jurídico

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Analista Jurídico de acordo com o Edital nº 01/2026, da PGE-RN – Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEBRASPE, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Direito Constitucional, Direito Civil e Processual Civil, Direito Ambiental e Direito Tributário disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	11
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	14
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	25
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.....	27
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL.....	27
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	32
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	38
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	39
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	42
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	44
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	50
Colocação dos Pronomes Átonos	60
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	60
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	67
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.....	71
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	73
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	73
SINONÍMIA.....	73
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO, REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO, REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	75
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	89
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	89
HISTÓRIA E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE.....	117

■ HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	117
INDÍGENAS NOS SERTÕES DO RIO GRANDE COLONIAL E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE.....	118
ECONOMIA E FISCALIDADE NO PERÍODO COLONIAL: ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS NA CAPITANIA DO RIO GRAND.....	120
POLÍTICA E SOCIEDADE: MOSSORÓ E A RESISTÊNCIA AO BANDO DE LAMPIÃO	123
Terra dos Salineiros: Trabalhadores da Extração de Sal no Rio Grande do Norte – A Seca e a Questão Sanitária no Século XIX	124
A CAPITANIA DO RIO GRANDE NA HISTÓRIA DAS CAPITANIAS DONATÁRIAS (SÉCULO XVI)	125
Motim das Mulheres	126
30 De Setembro e a Política Abolicionista de Vanguarda Mossoroense	127
O Movimento de 1930 No Rio Grande do Norte – Nordeste em Guerra: O Papel da Costa Brasileira Na Segunda Guerra Mundial	129
COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO NORTE	133
REPRESENTATIVIDADE POTIGUAR NA COMUNICAÇÃO NACIONAL COM O JORNAL O MOSSOROENSE, O 3º JORNAL MAIS ANTIGO DO BRASIL	135
■ ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE	137
ATIVIDADES ECONÔMICAS MODERNAS E TRADICIONAIS	150
Agropecuária, Pesca, Fruticultura, Carcinicultura, Mineração, Sal, Indústria, Produção de Petróleo e Gás, Turismo, Comércio e Serviços	150
TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO PANORAMA ECONÔMICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	152
INFORMÁTICA BÁSICA	157
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS).....	157
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	157
■ EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (PACOTE MICROSOFT OFFICE)	176
■ REDES DE COMPUTADORES.....	205
CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	205
PROGRAMA DE CORREIO ELETRÔNICO (OUTLOOK EXPRESS).....	206
GRUPOS DE DISCUSSÃO.....	210
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET	211
REDES SOCIAIS.....	212

PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT EDGE, MOZILLA FIREFOX, GOOGLE CHROME)	213
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA	214
ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM (CLOUD STORAGE) E COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING)	214
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS.....	218
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.).....	226
■ PROCEDIMENTOS DE BACKUP	229
■ LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS).....	234
■ LEI Nº 12.527/2011 (ACESSO À INFORMAÇÃO)	254
■ SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS.....	275
■ NOÇÕES DE ANALYTICS.....	278
■ NOÇÕES DE DATA WAREHOUSE	280
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	287
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	287
TÍTULOS III E IV, CAPÍTULOS V E VII	287
ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	292
■ LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 122/1994	292
■ LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 739/2023	316
■ LEI ESTADUAL Nº 11.109/2022 E SUAS ALTERAÇÕES (REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE).....	318
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	325
■ CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	325
REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	327
CONTEÚDO: SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO E INDISPONIBILIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO E DOS INTERESSES PÚBLICOS	328
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	329
PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	329
ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	332
ORGANIZAÇÃO	334

DESCENTRALIZAÇÃO	335
DESCONCENTRAÇÃO.....	339
HIERARQUIA	342
DELEGAÇÃO	343
AVOCAÇÃO	343
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO AMPLO E EM SENTIDO ESTRITO	344
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO OBJETIVO E EM SENTIDO SUBJETIVO	344
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS. AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, ENTES COM SITUAÇÃO PECULIAR, AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS.....	345
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	357
ABUSO DE PODER: REGIME JURÍDICO GERAL.....	358
HIERARQUIA: PODER HIERÁRQUICO E SUAS MANIFESTAÇÕES	358
PODER DISCIPLINAR.....	359
LIBERDADES PÚBLICAS E PODER DE POLÍCIA.....	360
PODER REGULAMENTAR	362
PODER NORMATIVO.....	363
PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	363
DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	364
DEVER DE AGIR.....	364
DEVER DE EFICIÊNCIA.....	364
DEVER DE PROBIDADE.....	364
DEVER DE PRESTAR CONTAS	364
ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS	364
CONCEITOS.....	364
REQUISITOS E ELEMENTOS.....	365
Formação do Ato Administrativo: Elementos e Procedimento Administrativo.....	366
PRESSUPOSTOS.....	369
CLASSIFICAÇÃO, EFICÁCIA, ATOS ADMINISTRATIVOS GERAIS, INDIVIDUAIS, VINCULADOS, DISCRICIONÁRIOS, UNILATERAIS, BILATERAIS, MULTILATERAIS, MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO E DISCRICIONARIEDADE.....	369
ATRIBUTOS	371

ATOS ADMINISTRATIVOS EM ESPÉCIE.....	371
O SILÊNCIO NO DIREITO ADMINISTRATIVO	371
PERFEIÇÃO E VIGÊNCIA	372
TEORIA DAS NULIDADES NO DIREITO ADMINISTRATIVO E ATOS ADMINISTRATIVOS NULOS, ANULÁVEIS E INEXISTENTES.....	372
TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES, VÍCIOS DO ATO ADMINISTRATIVO, REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, RETROATIVIDADE, IRRETROATIVIDADE E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	372
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	373
CASSAÇÃO.....	374
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO	374
DEVIDO PROCESSO LEGAL NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO	378
PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS	378
FASES	379
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 303/2005.....	380
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	394
PROCESSO SUMÁRIO	394
■ INTERVENÇÃO DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA E NO DOMÍNIO ECONÔMICO	397
■ BENS PÚBLICOS.....	406
REGIME JURÍDICO	406
AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.....	407
DELEGAÇÃO: CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO E FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS PARTICULARES	407
■ CONTRATAÇÃO PÚBLICA: LICITAÇÕES: MODALIDADES E PROCEDIMENTOS	409
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E PROCEDIMENTOS	446
Modalidades e Tipos	448
CONVÊNIOS, CONSÓRCIOS ADMINISTRATIVOS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	457
Conceito.....	457
Anulação e Revogação	465
■ CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	474
CLASSIFICAÇÃO: ESPÉCIES E FORMAS DE CONTROLE	474
CONTROLE ADMINISTRATIVO	477

CONTROLE JUDICIAL.....	481
CONTROLE LEGISLATIVO	484
REPARAÇÃO DO DANO.....	487
DIREITO DE REGRESSO	488
■ AGENTES PÚBLICOS	488
ESPÉCIES E CLASSIFICAÇÃO.....	488
CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICAS	490
FORMAS DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS	490
RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA DOS AGENTES PÚBLICOS E DA ADMINISTRAÇÃO	496
■ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	498
■ LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	501

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

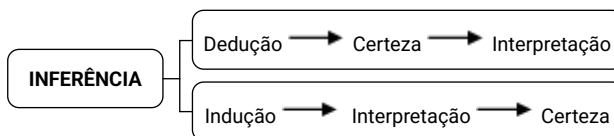
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

HISTÓRIA E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PERÍODO COLONIAL: A CAPITANIA DO RIO GRANDE

Por período colonial compreende-se o período em que o Brasil esteve sob o domínio do reino de Portugal, iniciado com a chegada dos primeiros exploradores portugueses à colônia e encerrado após a Proclamação da Independência, em 1822. Esses três séculos de controle português moldaram o território que se formava e a nação que viria a ser.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico e geográfico pelo qual um determinado território é moldado e estruturado. Isso envolve aspectos como a expansão geográfica, conquistas territoriais, demarcações de fronteiras, colonização, migrações, acordos políticos e transformações sociais.

A Capitania do Rio Grande: de Hereditária a Real

Quando o Brasil foi dividido em capitanias, a responsabilidade pela capitania do Rio Grande, atual estado do Rio Grande do Norte, recaiu sobre dois proeminentes portugueses: o historiador João de Barros, que ocupava a posição de alto funcionário no governo português, e Aires da Cunha, um fidalgo que havia se destacado em combates contra piratas e corsários.

Apesar de João de Barros ser considerado um candidato natural para receber uma concessão de terra no Brasil devido à sua proximidade com o trono português, ele não recebeu apenas uma, mas duas doações de donatárias. No entanto, essas doações não foram exclusivas para o seu usufruto, mas, sim, compartilhadas com o navegador Aires da Cunha.

Uma dessas doações abrangia a extensa costa de 100 léguas, estendendo-se desde a Baía da Traição até o Rio Jaguaribe, incluindo partes dos estados da Paraíba e do Ceará, fazendo fronteira no interior com o meridiano de Tordesilhas. A outra concessão consistia em 50 léguas mais ao norte, cobrindo uma área que atualmente corresponderia a parte do estado do Maranhão (Trindade, 2010).

A capitania do Rio Grande tinha uma extensão costeira de 100 léguas, sendo que cada um dos donatários ficava com 50 léguas, e era uma das duas maiores capitanias do Brasil, ao lado de Pernambuco, abrangendo vastas regiões que se estendiam até os sertões dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão (Monteiro, 2000).

Na tentativa de estabelecer uma base para conquistar e colonizar as áreas do Rio Grande e do Maranhão, João de Barros e Aires da Cunha uniram forças com Fernão Álvares de Andrade, que era o donatário da capitania do Maranhão, uma continuação de outra capitania de mesmo nome, esta última pertencente a Aires da Cunha. Em 1535, Aires da Cunha, acompanhado dos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, dirigiu-se à capitania do Rio Grande (Trindade, 2010).

Ao tentar desembarcar nas proximidades da foz do Rio Ceará-Mirim, Aires da Cunha e seus homens foram repelidos pelos indígenas potiguares, que estavam aliados aos franceses (Bueno, 1999). O episódio levou Aires da Cunha a limitar sua exploração ao litoral norte-rio-grandense, falecendo durante a expedição, quando a nau em que se encontrava colidiu com rochedos. Aqueles que sobreviveram, em março de 1536 fundaram um povoado chamado Nazaré, de efêmera duração, uma vez que os colonos, desanimados, decidiram abandonar a região.

Os filhos de Barros tentaram estabelecer-se na capitania do Rio Grande, porém, enfrentaram uma rejeição contundente dos indígenas. O respeitado historiador português e donatário fracassado empreendeu consideráveis esforços para resgatar seus filhos, suas embarcações e seus colonos. Ademais, ele arcou por conta própria com pensões para a viúva e os filhos de Aires da Cunha, além de outros parentes dos membros da expedição.

Apesar do insucesso dessa primeira tentativa de colonização na capitania, uma nova investida foi feita em 1555. Essa segunda expedição foi organizada e liderada pelos filhos de João de Barros, que haviam sobrevivido à primeira tentativa. No entanto, o resultado foi igualmente desastroso, o que se atribuiu às hostilidades praticadas contra os indígenas pelos primeiros colonizadores (Hollanda, 1989).

Devido à negligência à qual a capitania do Rio Grande foi submetida e ao alto endividamento de João de Barros, a coroa portuguesa decidiu intervir diretamente. Eles concederam um perdão da dívida acumulada com a primeira expedição de 1535 e, após o falecimento de João de Barros, em 1570, providenciaram uma pensão de 500 mil réis para a viúva. Além disso, um dos filhos de João de Barros recebeu uma compensação pela transferência dos direitos da capitania à coroa portuguesa, visto que não tinham recursos para manter suas prerrogativas como donatários (Trindade, 2010). Acredita-se que a capitania do Rio Grande tenha sido transformada de hereditária para real em 1582.

Dica

A capitania do Rio Grande foi inicialmente denominada "Rio dos Tapuios", posteriormente "Rio Potengi" e, finalmente, "capitania do Rio Grande". O nome da capitania se originou da observação dos portugueses em relação ao Rio Potengi (Casculo, 1999).

Franceses na Capitania

Os franceses foram resistentes ao Tratado de Tordesilhas e, em 1504, rejeitando seus termos, iniciaram a exploração das terras costeiras do que viria a ser o Brasil (Skidmore, 2003). Jean Jacques Riffault, conhecido como Refoles pelos portugueses, era um

INFORMÁTICA BÁSICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das características foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado:** o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso Snap Layouts:** o *Snap Layouts* permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo “memorizar” o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado:** o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- **Widgets:** o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado:** o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;
- **Controle de aplicativo inteligente:** é um recurso que

[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE (Personal Data Encryption):** um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada:** recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

I TÍTULOS III E IV, CAPÍTULOS V E VII

A Constituição do Estado do Rio Grande do Norte organiza a estrutura político-institucional do ente estadual, distribui competências, delimita a atuação dos Poderes e estabelece parâmetros de proteção social, administrativa e financeira. Trata-se do texto central da ordem jurídica estadual, sempre subordinado à Constituição da República, mas com espaço próprio para disciplinar a realidade potiguar, seus órgãos, suas políticas públicas e seus mecanismos de funcionamento.

A Constituição Estadual costuma ser cobrada de forma muito objetiva, especialmente nos pontos que tratam da organização do Estado, da atuação dos Poderes, do regime da administração pública, da fiscalização das contas e das normas de proteção social. Isso ocorre porque essas matérias aparecem com frequência em provas para cargos administrativos, legislativos, jurídicos, policiais, fiscais e de controle, exigindo do candidato não apenas leitura literal, mas compreensão da lógica que articula cada bloco temático.

Nos trechos aqui trabalhados, percebe-se como a Constituição do Rio Grande do Norte estrutura o funcionamento institucional do Estado. De um lado, aparecem as regras que definem a organização político-administrativa, os bens estaduais, as competências próprias e compartilhadas, a disciplina dos Municípios e a administração pública. De outro, surge a conformação dos Poderes, com destaque para Assembleia Legislativa, processo legislativo, Tribunal de Contas, Poder Executivo, Poder Judiciário e instituições ligadas à função de justiça.

Além disso, os pontos selecionados avançam para temas de forte incidência prática, como educação, cultura, desporto, proteção da família, tutela da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Também ganham espaço as disposições transitórias, que mostram como o constituinte estadual cuidou da passagem entre a ordem anterior e a nova ordem constitucional, bem como de ajustes posteriores introduzidos por emendas, sobretudo no plano financeiro e institucional.

A leitura desses dispositivos permite compreender não apenas o que o texto constitucional afirma, mas também a direção político-jurídica por ele adotada. O constituinte estadual buscou combinar autonomia administrativa, descentralização, fiscalização dos atos públicos, proteção social e fortalecimento das instituições de controle, sem perder de vista a necessidade de cooperação com a União e com os Municípios.

Dessa forma, visando à sua melhor preparação para o certame, é indispensável a leitura na íntegra da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, disponível no link:

https://www.al.rn.leg.br/documentos/Constituicao_Estadual_versao_final_2023.pdf

Contudo, a seguir você encontrará o resumo da referida legislação com os pontos mais relevantes à sua preparação.

Bons estudos!

Da Organização do Estado

Esse bloco da Constituição cuida da identidade institucional do Estado e da forma como ele se organiza no plano territorial, patrimonial e administrativo. É aqui que se vê, com mais clareza, como o Rio Grande do Norte se posiciona como ente federado dotado de autonomia, mas integrado ao pacto federativo nacional.

Também é nesse núcleo que a Constituição deixa evidente que o Estado não existe isoladamente. A atuação estadual é pensada em constante diálogo com a União e com os Municípios, seja para repartir atribuições, seja para cooperar em políticas públicas, seja para preservar a unidade do sistema federativo.

Outro aspecto marcante é a preocupação com a disciplina da administração pública e do regime dos servidores. A Constituição estadual não se limita a descrever órgãos e competências, mas apresenta padrões de legalidade, moralidade, publicidade, ingresso em cargos públicos, responsabilidade administrativa e organização das carreiras.

Da Organização Político-administrativa

A Constituição estabelece Natal como Capital do Estado, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de símbolos estaduais próprios. Bandeira, brasão e hino representam a identidade política e histórica do Rio Grande do Norte, funcionando como expressões oficiais da unidade estadual. A disciplina constitucional também coíbe o uso promocional indevido da máquina pública, vedando personalizações incompatíveis com a impessoalidade administrativa.

Ao tratar da organização político-administrativa, o texto deixa claro que o Estado e os Municípios são autônomos, cada qual com espaço de atuação próprio, sem prejuízo da observância da Constituição Federal e das leis que organizam o sistema. A autonomia municipal não significa soberania, mas capacidade de autogoverno, autoadministração e auto-organização dentro dos limites constitucionais.

A criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios aparecem vinculados a critérios rigorosos. A Constituição exige preservação da continuidade histórico-cultural, realização de consulta prévia por plebiscito e apresentação de estudos de viabilidade. Com isso, evita-se que alterações territoriais ocorram por impulso político momentâneo, sem avaliação das consequências administrativas, econômicas e sociais.

Por fim, a Constituição reproduz vedações clássicas do Estado laico e do princípio da igualdade. O poder público não pode estabelecer preferências religiosas, recusar fé a documentos públicos nem criar distinções entre brasileiros.

Dos Bens do Estado

Os bens estaduais são apresentados de forma objetiva, alcançando tanto aqueles já pertencentes ao Estado quanto os que lhe forem atribuídos

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

“Administração” vem do latim *administrare*, que significa direcionar ou gerenciar negócios, pessoas e recursos, tendo sempre como objetivo alcançar metas específicas. A noção de gestão de negócios está intimamente ligada com o ramo de direito administrativo. Com isso, é importante conhecer os fundamentos desse ramo jurídico, os quais denominamos “regime jurídico administrativo”.

Podemos definir direito administrativo como o conjunto de princípios e regras que regulam o exercício da função administrativa exercida pelos órgãos e agentes estatais, bem como as relações jurídicas entre eles e os demais cidadãos.

Contudo, não devemos confundir direito administrativo com a ciência da administração. Apesar de a nomenclatura ser parecida, são dois campos bastante **distintos**. A administração, como ciência propriamente dita, não é ramo jurídico. Consiste no estudo de técnicas e estratégias de controle da gestão governamental. Suas regras não são independentes e estão subordinadas às normas de direito administrativo.

Atenção! Os concursos públicos não costumam exigir que o candidato tenha conhecimentos de técnicas administrativas para responder a questões de direito administrativo, mas requerem que conheçam a Administração como entidade governamental, com suas prerrogativas e prestando serviços para a sociedade.

As fontes do direito são os elementos que dão origem ao próprio direito. Assim, o direito administrativo tem algumas peculiaridades em relação a suas fontes que são importantes para nossos estudos.

Desse modo, é costume dividir as fontes de direito administrativo em fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são aquelas de caráter principal e capazes de originar normas jurídicas por si só.

Já as fontes secundárias são derivadas das primeiras, por isso têm caráter acessório. Elas ajudam na compreensão, interpretação e aplicação das fontes de direito primárias.

São **fontes** de direito administrativo:

- **Legislação:** em sentido amplo, seja na Constituição, nas leis esparsas, nos princípios ou em qualquer veículo normativo;
- **Doutrina:** todo trabalho científico realizado por um renomado autor, seja uma obra ou um parecer jurídico, com o objetivo de divulgar conhecimento;
- **Jurisprudência:** o conjunto de diversos julgados em um mesmo sentido;
- **Costumes jurídicos:** tudo que for considerado uma conduta que se repete no tempo.

Nessa esteira, devemos salientar que o direito administrativo não é ramo jurídico codificado. Isso quer dizer que não existe na legislação brasileira um “código de direito administrativo”. A matéria é encontrada de um modo muito mais amplo. É possível verificar normas administrativas presentes. Por exemplo:

- na Constituição Federal (CF), de 1988, em seu art. 37, que estabelece os membros da Administração Pública e seus princípios;
- na Lei nº 14.133, que dispõe sobre normas de licitações e contratos administrativos; e
- na Lei nº 8.987, de 1995, que regulamenta as concessões e permissões de serviços públicos para entidades privadas.

Por fim, é importante frisar que, das fontes mencionadas, apenas a lei é fonte primária do direito administrativo, sendo o único veículo habilitado para criar diretamente obrigações de fazer e não fazer. A doutrina, a jurisprudência e os costumes jurídicos são considerados fontes secundárias.

Portanto, estudar o direito administrativo não é uma tarefa fácil, porque essa área, no quesito nacional, apresenta dois pontos específicos cujo estudo é um pouco mais difícil.

O primeiro ponto diz respeito à **falta de codificação** do direito administrativo. No Brasil, não existe um “código de direito administrativo”, já que, normalmente, os ramos jurídicos codificados têm um conjunto de normas apresentado/ordenado em uma linha lógica, o que facilita o seu estudo.

Todavia, há leis, decretos, instruções normativas, portarias e uma multiplicidade de outros instrumentos legais. Cabe ao profissional do direito conhecê-los e buscá-los dentro de todo o ordenamento jurídico do país.

Outro ponto que dificulta o estudo desse ramo jurídico é o fato de que há uma **enorme quantidade** de legislação com conteúdo de direito administrativo. Isso se deve à própria lógica do sistema federalista, uma vez que os estados têm autonomia para criar suas próprias leis.

Assim, as normas de direito administrativo podem se apresentar em vários âmbitos da Federação, o que a torna ainda mais difícil de ser compreendida.

Esses são os principais pontos de dificuldade ao estudar esse ramo do direito. Todavia, isso não significa que é uma tarefa impossível. O ramo de direito administrativo, no Brasil, conta com um ponto positivo: a doutrina e a jurisprudência são, também, bastante vastas e muito bem detalhadas.

É por isso que os estudos de direito administrativo e as questões de concurso público, a princípio, buscam focar em conceitos e na teoria. Em síntese, ocorre maior enfoque no aspecto teórico, muito mais do que no prático.

Assim, precisamos compreender as noções básicas de direito administrativo, o que significa definir um conceito, determinar sua natureza e estabelecer seu objeto e as fontes de onde se origina.

A doutrina tem divergências quanto ao conceito de direito administrativo. Enquanto uma corrente doutrinária define direito administrativo tendo como base a ideia de função administrativa, outros preferem destacar o objeto desse ramo jurídico, isto é, o Estado, a figura pública composta por seus órgãos e agentes.

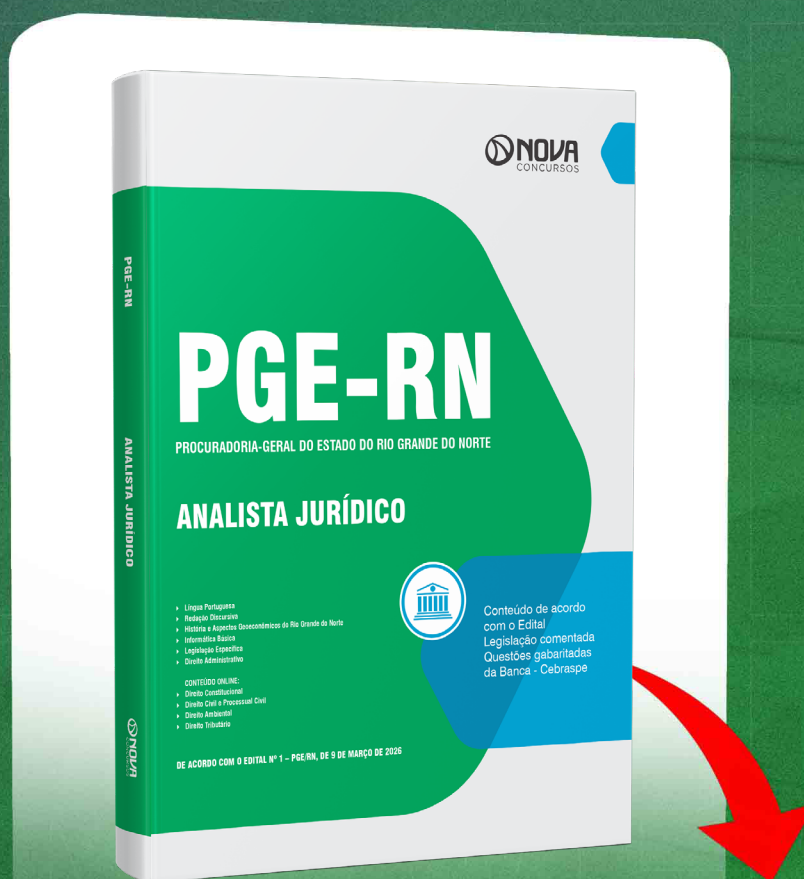
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO